

O que é a teoria da reprodução social?¹

Tithi Bhattacharya

Professora de História
Purdue University (Estados Unidos)

¹ Artigo originalmente publicado em 10 set. 2013 no periódico *Socialist Worker*. Tradução de Máira Mee Silva e revisão técnica de Mariana Luppi.

O que é a teoria da reprodução social?

Resumo: O presente texto é um ensaio da historiadora Tithi Bhattacharya explicando de forma sintética as ideias de intelectuais marxistas contemporâneas que conceberam a teoria da reprodução social. A partir dessa perspectiva, a autora destaca como as lutas da esfera da produção se combinam às lutas relacionadas a esfera da reprodução, o que fortalece perspectivas marxistas em termos de classe e gênero.

Palavras-chave: 1. Reprodução social; 2. Marxismo; 3. Gênero

What is Social Reproduction theory?

Abstract: The following paper is an essay from the historian Tithi Bhattacharya explaining, in short, the ideas of contemporary Marxist intellectuals who conceived the theory of social reproduction. From this point of view, the author emphasizes how the struggles in the sphere of production are combined to the struggles related to the sphere of reproduction, which strengthen Marxists perspectives in terms of class and gender.

Keywords: 1. Social Reproduction; 2. Marxism; 3. Gender

Uma das acusações mais comuns contra o marxismo é que, como teoria, ele se preocupa com a “classe” em detrimento do gênero. Desde o princípio, é importante ressaltar que a história das organizações que se dizem “marxistas” não foi sempre gloriosa quando se trata de categorias de opressão como gênero e raça. Todos conhecem alguém que ouviu de um homem “marxista” que aborrecimentos “menores” como machismo ou racismo serão resolvidos “depois da revolução”, então, no meio tempo, todos temos que nos empenhar e trabalhar na nossa luta de classes. Incidentes de assédio sexual por homens marxistas também, infelizmente, não são incomuns em organizações da esquerda, tanto no passado quanto no presente.

Para além do próprio assédio, as mulheres relatam se sentirem desprezadas, sabotadas e institucionalmente anuladas dentro das organizações. Vozes de mulheres ativistas como as indianas comunistas envolvidas na histórica luta de Telangana em 1947, comunistas britânicas como Doris Lessing ou Peggy Dennis, uma liderança do Partido Comunista americano, contam uma desanimadora história de machismo e decepção com organizações que essas mulheres haviam visto como o trabalho de suas vidas e fonte de esperança.

Esse registro é particularmente assustador porque muitas de nós nos tornamos marxistas justamente porque marxistas revolucionários deveriam ser as pessoas mais intolerantes com a opressão de gênero. Entramos em organizações revolucionárias porque pensamos no marxismo como uma teoria insurgente – que luta pelas reformas graduais que o sistema oferece, mas nunca se satisfaz com elas e demanda uma completa demolição do capitalismo – e que é, assim, uma das melhores armas para lutar pela libertação das mulheres e pela justiça de gênero.

É por isso que, se somos revolucionários sérios e não pregadores irracionais de dogmas, há dois aspectos mutualmente contraditórios da história marxista

com os quais temos que lidar. O primeiro é o prejuízo causado em nome do marxismo à causa revolucionária da justiça de gênero e o segundo é como o *modelo* marxista, a despeito dos muitos tropeços históricos em seu nome, permanece sendo a melhor maneira de entender a opressão sob o capitalismo e, portanto, fornece pistas de como acabar com ela.

Teoria marxista

Há uma tremenda e *pouco desenvolvida* percepção no cerne da análise de Marx sobre o capitalismo. No *Capital*, Livro 1, Marx identifica a “força de trabalho” ou nossa capacidade de trabalho, como a “mercadoria especial” que o capitalista necessita para pôr o sistema em funcionamento e mantê-lo assim. Nossa força de trabalho, Marx nos diz, tem a “peculiar propriedade de ser uma fonte de valor” porque, com essa força de trabalho, criamos mercadorias e valor para o capitalismo. A apropriação de nosso trabalho excedente pelos capitalistas é a fonte da sua dominação. Sem a nossa força de trabalho, então, o sistema entraria em colapso.

Mas Marx é frustrantemente silencioso sobre o resto da história. Se a força de trabalho produz valor, como a força de trabalho é, ela mesma, produzida? Certamente os trabalhadores não brotam do chão e chegam ao mercado frescos e prontos para vender sua força de trabalho para o capitalista.

Pesquisadoras marxistas posteriores como Lise Vogel, Martha Gimenez, Johanna Brenner e, mais recentemente, Susan Ferguson e David McNally se aproveitaram da transformadora, ainda que incompleta, percepção de Marx e a desenvolveram. Talvez seja importante lembrarmos, neste contexto, o potencial e criatividade inerentes na tradição marxista, corretamente chamada de tradição viva, que permitiu que novas gerações de marxistas a examinem criticamente e a expandam.

Olhando *O Capital* de Marx de perto, esses pesquisadores argumentam que a chave do sistema, nossa força de trabalho, é, na verdade ela mesma produzida e reproduzida fora da produção capitalista, num local “baseado em laços de parentesco” chamado família. Em uma excelente passagem, Vogel explica claramente a conexão entre a luta de classes e a opressão às mulheres:

“A luta de classes pelas condições de produção representa a dinâmica central do desenvolvimento social nas sociedades caracterizadas pela exploração. Nessas sociedades, o trabalho excedente é apropriado por uma classe dominante e uma condição essencial para a produção é a (...) renovação de uma classe subordinada de produtores diretos empenhados no processo de trabalho. De modo geral, a reposição geracional fornece a maioria dos novos trabalhadores necessários para reabastecer essa classe e a capacidade das mulheres de gerar filhos desempenha um papel crucial na sociedade de classes (...) Nas classes proprietárias (...) a opressão às mulheres advém de seu papel na manutenção e herança da propriedade (...) Nas classes subordinadas (...) a opressão feminina (...) deriva *do envolvimento das mulheres nos processos que renovam os produtores diretos, assim como seu envolvimento na produção.*” (VOGEL, 1983, p. 129. Grifos nossos)

Esse é, essencialmente, o argumento principal do que Vogel e essas marxistas posteriores chamam de “teoria da reprodução social”. A teoria da reprodução social mostra como a “produção de bens e serviços e a produção da vida fazem parte de um processo integrado”, como Meg Luxton coloca. Se a economia formal é o local de produção de bens e serviços, as pessoas que produzem tais coisas são, elas mesmas, produzidas fora do âmbito da economia formal a um custo bem baixo para o capital.

A força de trabalho, em grande parte, é reproduzida por três processos interconectados:

1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra.

2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego.

3. Reprodução de *trabalhadores frescos*, ou seja, dar à luz.

Essas atividades, que formam a própria base do capitalismo já que reproduzem o trabalhador, são feitas sem cobrança nenhuma para o sistema pelas mulheres e homens dentro do lar e na comunidade. Nos Estados Unidos,

as mulheres ainda carregam uma parcela desproporcional desse trabalho doméstico.

Segundo uma pesquisa de 2012, as mulheres americanas realizaram 25,9 horas por semana de trabalho doméstico não-pago em 2010, enquanto os homens realizaram 16,8, uma diferença de mais de nove horas (BRIDGMAN; DUGAN; LAL; OSBORNE; VILLONES, 2012). A pesquisa inclui tarefas mensuráveis como cuidar das crianças, cozinhar, fazer as compras, manutenção da casa, pequenos serviços, jardinagem e outros trabalhos domésticos.

Segundo a revista Forbes, se o trabalho doméstico não-remunerado fosse incluído na medida do Produto Interno Bruto, “ele teria aumentado esse índice em 26% em 2010” (COVERT, 2012). Mas, evidentemente, também temos que adicionar a essa já formidável lista as tarefas não mensuráveis como prover cuidado psíquico e apoio tanto para as pessoas empregadas como para os não-trabalhadores da casa. Qualquer pessoa que já tenha tido que acalmar uma criança depois de um dia duro no seu próprio local de trabalho ou descobrir como cuidar de um pai ou mãe idoso depois de um turno exaustivo sabe o quanto essas tarefas aparentemente não-materiais são importantes.

A percepção mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que desigualmente, a esfera da reprodução e a esfera da produção. Mudanças em uma esfera, então, reverberam na outra. Salários baixos e cortes neoliberais no trabalho podem produzir despejos e violência doméstica no lar.

Por que essa é a percepção mais importante? Porque fornece substância histórica real para compreender: (a) quem é “trabalhador/a” e (b) de que maneiras o/a trabalhador/a pode lutar contra o sistema. O mais importante é que essa teoria nos ajuda a entender que quaisquer ganhos nos direitos de gênero que tenhamos, tanto na economia formal quanto fora dela, só podem ser temporários, porque a base material da opressão às mulheres está amarrada ao sistema como um todo. Qualquer conversa sobre o fim da opressão e sobre a libertação, então, precisa lançar mão de uma conversa simultânea sobre o fim do sistema em si.

A importância da esfera da produção

Se as mulheres providenciam o suporte principal do capitalismo *fora* do local de trabalho através de seu trabalho não remunerado, isso torna as questões do local de trabalho questões dos homens? Qualquer um que esteja esperando encontrar o estereótipo de trabalhador do século XIX do homem branco de macacão e chave inglesa em punho deveria olhar mais de perto a verdadeira imagem do mercado de trabalho dos Estados Unidos.

A grande maioria das mulheres neste país têm que trabalhar para sobreviver. Isso significa que vendem sua força de trabalho no mercado e são trabalhadoras. Mulheres compõem metade – precisamente 47% – da mão de obra americana e a porcentagem de mães casadas que trabalham aumentou de 37%, em 1968, para 65% em 2011. Segundo uma pesquisa da *Pew Research* lançada este ano, um recorde de 40% de mães americanas são as principais responsáveis pela renda de suas famílias, em comparação com meros 11% em 1960 (WANG; PARKER; TAYLOR, 2013).

Enquanto a associação a sindicatos é baixa para todos os trabalhadores nos Estados Unidos, o número de mulheres sindicalizadas não fica muito atrás do número de homens. Segundo o *U.S. Bureau of Labor Statistics* [Departamento dos Estados Unidos de Estatísticas do Trabalho], mesmo depois da grave queda na associação a sindicatos após a recessão, os números de 2012 mostram que a taxa de associação a sindicatos era de 12% entre os homens, comparada com 10,5% para as mulheres (UNION MEMBERSHIP NEWS RELEASE, 2013). Essas descobertas também mostram que os trabalhadores negros têm maior propensão a se associar a sindicatos do que seus colegas brancos, asiáticos ou latinos.

Por conseguinte, qualquer um que argumente que as questões das mulheres só têm a ver com o que vivemos ou enfrentamos no lar (violência sexual, saúde reprodutiva, cuidado das crianças etc.) ou fora da esfera da produção, está simplesmente errado. Qualquer discussão sobre salário ou sobre o local de trabalho, sobre organização no trabalho ou sobre lutar por benefícios é uma questão altamente definida pelo gênero. Mas há duas tendências radicalmente contraditórias que marcam todas as notícias recentes sobre mulheres. Uma é a insuportável pauperização da vasta maioria das mulheres e a outra é o

surgimento de um grupo de mulheres da classe dominante incrivelmente próspero e multiétnico.

Mais de três quartos dos trabalhadores nas dez maiores categorias de empregos mal remunerados são mulheres e mais de um terço são mulheres não-brancas. Escrevi anteriormente sobre como os Estados Unidos estão entre os únicos quatro países do mundo que não têm licença maternidade remunerada, tornando extremamente difícil que mães trabalhem (BHATTACHARYA, 2013). Além disso, um terço dos trabalhadores não têm acesso a licença médica remunerada e só 42% têm licenças pessoais remuneradas. Como sindicalistas corretamente apontam no documento “Melhoria do equilíbrio trabalho-vida” (AFL-CIO, s/d): Qual é o impacto na saúde pública quando as pessoas trabalhadoras não conseguem tirar licença médica durante uma epidemia de gripe? Quem cuida de uma criança doente? Quem está em casa para preparar o jantar e ajudar na lição de casa? Quem pode dedicar tempo a um pai ou mãe idosa doente?

Como se espera que as mulheres equilibrem o fardo do trabalho não pago em casa com um trabalho remunerado de tempo integral? A verdadeira resposta é que elas não conseguem. Em 1990, a participação das mulheres no mercado de trabalho era de 74%, fazendo dos Estados Unidos o sexto entre 22 países nesse quesito. Graças às políticas neoliberais das duas décadas seguintes, a participação das mulheres subiu apenas para 75,2%, enquanto em outros países industrializados, ela escalou de cerca de 67% para quase 80%.

A mulheres são forçadas a trabalhar meio período, mas não apenas isso. A hostilidade do local de trabalho com o caráter de gênero do trabalho doméstico é razão para apenas 9% das mães trabalharem mais de 50 horas semanais. Pensemos sobre isso por um minuto. Se as mães trabalhassem, digamos, 55 horas semanais, então, dado um tempo de transporte médio, sociólogos mostraram que elas teriam que sair de casa às 8h30 e voltar às 20h30 todos os dias da semana (WILLIAMS, 2013). Apesar dos amplos poderes da internet, as crianças ainda têm que ser buscadas na escola e alimentadas por um ser humano vivo e os pais idosos precisam ser cuidados também por uma pessoa. E na maior parte dos casos, nos Estados Unidos, essa pessoa continua sendo uma mulher.

Parece, pela pesquisa acima, que qualquer questão que tenha a ver com o local de trabalho realmente também diz respeito a mulheres e gênero. As políticas que governam o local de trabalho têm o poder de afetar as mulheres tanto no trabalho quanto em casa. Mas por quais coisas deveríamos lutar? Deveríamos lutar por salários iguais aos dos homens numa economia de salários baixos? Deveríamos lutar por assistência médica universal, que diminuiria nosso fardo de cuidadoras? Deveríamos lutar como “mulheres”, ou deveríamos lutar como “trabalhadoras”?

Há um grupo particularmente expressivo de mulheres que emergiram na mídia recentemente para defender os direitos das mulheres. Joan C. Williams é uma socióloga bastante perceptiva, cujo trabalho sobre classe e gênero deve ser lido extensivamente. No entanto, recentemente ela fez a decepcionante observação de que “o feminismo executivo é justamente o que precisamos para dar um tranco na estagnada revolução do gênero” (WILLIAMS; DEMPSEY, 2013). Com “feminismo executivo” ela literalmente quer dizer o “feminismo” de diretoras-executivas de grandes multinacionais. Williams menciona Sheryl Sandberg e a professora da Princeton University, Anne Marie Slaughter, como líderes nesta “nova fronteira do feminismo”.

Muitas pessoas se deleitam com um punhado de mulheres tomando de assalto as salas de reuniões da diretoria das corporações. Essas salas de reuniões e seus contíguos campos de golfe têm sido o bastião do privilégio masculino de classe alta há séculos. Mas isso nos leva a uma questão central: como ficam os direitos de gênero se os separamos da questão de classe? As diretoras-executivas defenderão os interesses de todas as mulheres?

As melhores políticas para promover os interesses da maioria das mulheres são também as mesmas políticas que cortam os lucros do capitalismo como sistema de produção. Por exemplo, assistência médica universal garantiria que todo homem, mulher e criança, tendo emprego remunerado ou não, tivesse atenção médica gratuita sob demanda. Isso reduziria a dependência de mulheres desempregadas de seu companheiro empregado e poderia, potencialmente, permitir que ela tivesse controle sobre sua saúde reprodutiva e suas escolhas, para não falar do apoio à saúde e ao cuidado de sua família. Ela poderia escolher quando e se ter filhos e ter cuidado domiciliar – sem custo –

para parentes idosos, reduzindo, assim, drasticamente seu próprio trabalho em casa.

Mas a indústria médica é um negócio multibilionário que combateria isso com unhas e dentes. Do mesmo modo, é do interesse das mulheres termos um salário decente para todos os trabalhadores, já que mulheres estão desproporcionalmente entre as pessoas mais mal pagas da economia. Nesse caso também esbarramos nos lucros do capitalismo e será uma batalha dura de vencer. As “Sandbergs” do mundo são evidentes guerreiras de classe, usando da linguagem dos direitos das mulheres para sustentar um sistema que só beneficia a sua classe. A milionária Sandberg até se recusou a pagar seus próprios estagiários até que um clamor público a fez mudar de decisão.

A mensagem central vinda dessa nova geração de diretoras-executivas é que trabalho e mais trabalho duro vai libertar as mulheres. É certamente verdade que a independência financeira das mulheres é um direito suado e precisa ser constantemente reforçado através da luta. É por isso que encontramos nos escritos das primeiras marxistas, como Nadezhda Krupskaya, uma grande ênfase no trabalho da mulher na esfera da produção e seu potencial libertador.

Mas a “independência” econômica cai muito melhor em Sheryl Sandberg do que na mãe que trabalha na rede de *fast-food Taco Bell* – porque a relação de Sandberg com o capitalismo, como patroa, é de controle, enquanto a da mãe da classe trabalhadora é de completa perda de controle. No caso da última, seu emprego lhe dá uma independência econômica limitada de seu/sua companheiro/a, mas uma dependência completa dos caprichos do mercado.

Quando Sandberg diz que as mulheres precisam trabalhar mais para conseguir recompensas, ela está pedindo para uma certa classe de mulheres – a dela –arrancar mais controle dos homens da sua classe, mas ainda mantendo intacto o sistema que funciona através do trabalho pago e não pago da maioria das mulheres. De fato, pesquisadoras como Karen Nussbaum argumentam que o sistema criou alguns poucos espaços no alto escalão para mulheres da classe dominante com o intuito de evitar mudanças institucionais mais profundas que transformariam a relação da maioria das mulheres com o trabalho:

“Para conter as crescentes demandas das trabalhadoras, os empregadores criaram oportunidades para algumas mulheres, abrindo empregos profissionais e de gerência para mulheres com formação

universitária, mas, ao mesmo tempo, resistindo às demandas por mudanças institucionais que melhorariam os empregos de todas as mulheres. Mulheres em ambos os extremos do mercado de trabalho continuam compartilhando preocupações em comum com salário igual e políticas de conciliação de trabalho e família, mas a intensidade das questões se diferencia conforme mudam as condições dos dois grupos. Os empregadores criaram uma válvula de segurança. As mulheres com formação universitária que eram caixas de banco passaram a ser gerentes, funcionárias administrativas em editoras passaram a ser editoras-chefes. A porcentagem de mulheres gerentes ou profissionais dobrou de 19% para 38% no período entre 1970 e 2004". (NUSSBAUM, 2007, p. 165)

É reducionista dizer que as batalhas de gênero na nossa sociedade são as mesmas que as de classe. Mas é correto dizer: 1) seguindo Lise Vogel, que a luta de classes representa a "dinâmica central" do desenvolvimento social; e 2) que é do interesse do capitalismo, como sistema, prevenir qualquer mudança ampla nas relações de gênero, porque mudanças reais vão, em última instância, afetar os lucros.

A importância da esfera da reprodução

Torna-se evidente, então, que a melhor forma de lutar pelos direitos das mulheres na esfera da produção é através de nossas organizações trabalhistas. Há alguns momentos verdadeiramente inspiradores na história do trabalho nos quais os sindicatos lutaram pelo direito ao aborto, salários iguais e contra a homofobia. Mas a classe trabalhadora não trabalha só no seu local de trabalho. Uma trabalhadora também dorme na sua casa, seus filhos brincam no parque público e frequentam a escola local e, às vezes, ela pede para sua mãe aposentada ajudar na cozinha. Em outras palavras, as principais funções da reprodução da classe trabalhadora têm lugar fora do local de trabalho.

Quem melhor compreende esse processo? O capitalismo. É por isso que o capitalismo ataca a produção social ferozmente para ganhar a batalha no âmbito da produção. É por isso que ele ataca os serviços públicos, empurra o fardo do cuidado para as famílias individuais, corta a assistência social: para tornar a totalidade da classe trabalhadora vulnerável e menos capaz de resistir aos seus

ataques no local de trabalho. Quem também melhor entende esse processo? Os marxistas revolucionários. É por isso que nós podemos ser o elo entre a esfera da reprodução – a comunidade onde a escola está sendo fechada, o lar onde a mulher é sujeita a violência – e a esfera da produção, onde lutamos por benefícios e por salários mais altos.

E o fazemos de duas maneiras. Nós: 1) fazemos a conexão analítica entre as “duas esferas” do sistema único através da teoria marxista e 2) atuamos como uma tribuna das oprimidas e oprimidos, particularmente quando a luta não se generalizou até o local de trabalho. Porque não é verdade que a classe trabalhadora não pode *lutar* na esfera da reprodução. Mas é verdade, no entanto, que ela só pode *vencer* o sistema na esfera da produção. Algumas das maiores lutas da história da classe trabalhadora começaram fora da esfera da produção. As duas revoluções mais significativas do mundo moderno, a francesa e a russa, começaram como revoltas por pão, lideradas por mulheres.

Uma compreensão do capitalismo como um sistema integrado, no qual a produção é sustentada pela reprodução social, pode ajudar as lutadoras e lutadores a entender a importância das lutas políticas em ambas as esferas e a necessidade de unificá-las. Vejamos o caso dos direitos reprodutivos, uma das lutas críticas dos nossos tempos, que não é, diretamente, uma luta do local de trabalho. Direitos reprodutivos dizem respeito simplesmente às mulheres tenham acesso a aborto e contracepção? Na verdade, direitos reprodutivos deveriam se chamar justiça reprodutiva. O direito de escolha de uma mulher não deve ser só o direito de escolher não ter filhos, mas *também o direito de escolher tê-los*.

A história das mulheres afro-americanas e de outras mulheres não-brancas nos Estados Unidos é ensanguentada por casos de esterilização forçada pelo Estado. Durante os anos 1960, os estados de Illinois, Iowa, Ohio, Virgínia e Tennessee debateram leis de esterilização compulsória para mães negras usuárias dos serviços de assistência social. Quando a medicação contraceptiva Norplant foi lançada no mercado, um editorial no jornal *Philadelphia Inquirer* insinuava que ela era a solução para a pobreza negra. Um destino similar esperava as mulheres de Porto Rico. Quando a indústria americana, sob o programa econômico da Operação *Bootstrap*, foi à ilha em busca de mão de obra barata nos anos 1930 e 1940, muitas fábricas mantinham clínicas de

controle de natalidade no local para as trabalhadoras e algumas se recusavam a contratar mulheres a não ser que tivessem sido esterilizadas (GUTIÉRREZ; FUENTES, 2010).

Além disso, a escolha reprodutiva não pode ser só o controle dos nossos ovários. É o controle sobre nossas vidas: sobre se e quando ter filhos, quantos filhos ter, ter tempo de cuidar deles, ter escolas públicas para eles, que eles e seus pais não estejam por trás das grades e, o que é mais importante, ter um salário decente para poder tomar decisões sobre todas essas coisas. O jornal *The New York Times* noticiou esta semana que houve um declínio de 9% na taxa de fertilidade de 2007 a 2011, uma queda que os demógrafos acreditam que “começou depois que a recessão se alastrou e que os americanos começaram a se sentir menos seguros das suas circunstâncias econômicas” (TAVERNISE, 2013). Em outras palavras, o *Times* acabou de descobrir que a maior parte das mulheres comuns preferem ter filhos quando sentem que têm condições econômicas de alimentá-los e criá-los! Então a questão da reprodução está ligada às questões mais fundamentais da nossa sociedade: quem trabalha, para quem e por quanto tempo.

Por uma luta integrada contra o capitalismo

Neste momento da crise neoliberal em particular, o gênero está sendo usado como arma da luta de classes pelo capital. A persistente defesa do estupro por figuras notáveis, o grave ataque aos direitos reprodutivos e a crescente transfobia são todos resultados das várias tentativas do capitalismo de resolver a crise econômica com ataques às vidas da classe trabalhadora tanto no trabalho quanto no lar. Nossa solução como revolucionárias e revolucionários marxistas não é simplesmente falar sobre a importância da luta de classes, mas ligar as lutas da economia formal àquelas que estão fora dela. Para isso acontecer, é menos importante “ganhar a discussão” com as identidades oprimidas. É mais importante ganhar sua confiança, sendo as lutadoras e lutadores mais intransigentes no lar e no trabalho.

É por isso que, nas organizações onde lutamos por salário (por exemplo, nossos sindicatos), precisamos levantar a questão da justiça reprodutiva e, nas

nossas organizações onde lutamos contra o machismo e o racismo, precisamos levantar a questão dos salários. Precisamos de uma geração de mulheres e homens desobedientes para fazer a conexão nos nossos locais de trabalho, nos nossos campi e nas ruas. Essa é a verdadeira tradição do marxismo revolucionário.²

Referências bibliográficas

- BHATTACHARYA, T. Marissa Mayer, The Family And Capitalism. *Socialist Worker*, 14 mar. 2013. Disponível em: <https://socialistworker.org/2013/03/14/marissa-mayer-and-the-family>
- BRIDGMAN, B.; DUGAN, A.; LAL, M.; OSBORNE, M.; VILLONES, S. Accounting for households production in the National Accounts, 1965-2010, *Household Production in the National Accounts*, p. 23-36, mai. 2012. Disponível em: http://www.bea.gov/scb/pdf/2012/05%20May/0512_household.pdf
- COVERT, B. Putting a price tag on unpaid housework. Putting a Price Tag on Unpaid Housewor. *Forbes*, 30 mai. 2012. Disponível em: <http://www.forbes.com/sites/brycecovert/2012/05/30/putting-a-price-tag-on-unpaid-housework>
- GUTIÉRREZ, E. R.; FUENTES, L.. Population control by sterilization: the cases of Puerto Rican and Mexican-origin women in the United States. *Latino(a) Research Review*, v. 7, n. 3, 2009-2010.
- Nussbaum, K. Working women's insurgent consciousness. In: Cobble, Dorothy Sue (org.). *The Sex of Class: Women Transforming American Labor*. Ithaca: Cornell University Press, 2007.
- TAVERNISE, S. Fertility rate stabilizes as the economy grows, *The New York Times*, set. 2013. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/09/06/health/fertility-rate-stabilizes-as-the-economy-grows.html>
- VOGEL, Lise. *Marxism and the Oppression of Women*. Boston: Rutger University Press, 1983.
- WANG, W.; PARKER, K.; TAYLOR, Paul. Breadwinner moms. *Pew Research Center*, 29 mai. 2013. Disponível em: <http://www.pewsocialtrends.org/2013/05/29/breadwinner-moms/>

² Agradeço a Sharon Smith pelos comentários em um esboço deste artigo.

WILLIAMS, Joan C. Why men work so many hours. *Harvard Business Review*, 29 mai. 2013. Disponível em: http://blogs.hbr.org/cs/2013/05/why_men_work_so_many_hours.html

WILLIAMS, Joan C.; Dempsey, Rachel. The rise of executive feminism. *Harvard Business Review*, 28 mar. 2013. Disponível em: http://blogs.hbr.org/cs/2013/03/the_rise_of_executive_feminism.html

Documentos

UNION MEMBERSHIP NEWS RELEASE. *Economic News Release – U.S Bureau of Labor Statistics*, 23 jan. 2013. Disponível em: https://www.bls.gov/news.release/archives/union2_01232013.htm

AFL-CIO. *Improving work-life balance*. Disponível em: <https://aflcio.org/what-unions-do/empower-workers/work-life-balance>